

# A CENTRALIDADE DE MAQUIAVEL PARA A VIRADA NORMATIVA NO INTERIOR DA OBRA DE QUENTIN SKINNER

Igor Campos da Silva

## RESUMO

O objetivo do presente trabalho é apresentar a interpretação feita por Quentin Skinner das continuidades e rupturas presentes na obra de Maquiavel em relação à tradição republicana e o contexto político e linguístico da Renascença Italiana. Procurei, inicialmente, expor as concepções metodológicas que guiam a interpretação skinneriana através do seu *contextualismo linguístico*; nas duas seções seguintes apresento em que medida Maquiavel, segundo Skinner, seguiu a tradição que lhe era própria e em quais aspectos ele se distanciou e até mesmo rompeu com ela. Nas considerações finais procuro mostrar a centralidade de tal interpretação para as reformulações metodológicas e o caráter normativo que gradualmente adquire a obra do historiador inglês.

**PALAVRAS-CHAVE:** Quentin Skinner; Contextualismo Linguístico; Maquiavel, Republicanismo.

## INTRODUÇÃO

É inegável a contribuição que Quentin Skinner e o *contextualismo linguístico* trouxeram para o campo da teoria política nos últimos cinquenta anos (Gunnell, 1979; Bevir; Adcock, 2007; Silva, 2017). Já em 1969, com artigo seminal intitulado *Meaning and Understanding in the History of Ideas*<sup>1</sup>, Skinner, estrategicamente se insere no debate reivindicando a força compreensiva de sua metodologia contra aqueles que ele chamou de “historiadores tradicionais” ou “textualistas”. Para o professor de Cambridge, a historiografia tradicional preocupava-se em apreender as “ideias universais” através de uma “sabedoria intemporal” que continha “conceitos fundamentais” e “questões recorrentes” de “relevância perene”. Na perspectiva skinneriana, tais pretensões carregam um impulso presentista ao interpretar os textos clássicos, o que as levam a criarem “preconceitos”, “mitologias” e, na melhor das hipóteses, Filosofia, mas raramente História. Sua sugestão para a compreensão genuína da história das ideias é de que nos concentremos no contexto social e no período em que elas foram escritas, e, ainda mais importante, na apreensão do vocabulário político e ideológico vigente (Skinner, 2005 [1969]).

---

<sup>1</sup> O artigo recebeu em 2002 uma versão homônima corrigida, atualizada e abreviada pelo próprio Skinner que a publicou na coletânea intitulada “Visions of Politics”. Em 2005, o livro recebeu uma edição em português pela editora Difusão Editorial S.A sob o título “Visões da Política” contendo o artigo traduzido por “*Significado e compreensão na história das ideias*”. É nesta versão que baseio meus comentários.

O *contextualismo linguístico* proposto pelo historiador inglês encara com ceticismo a procura de alternativas na história das ideias para responder os problemas do presente. Influenciado por Collingwood, Skinner rechaça a existência de problemas perenes e afirma que as ideias estão sempre situadas entre as convenções linguísticas e as crenças particulares ao contexto específico onde elas foram enunciadas. Outra influência decisiva nos trabalhos do autor é a afirmação do herdeiro intelectual de Wittgenstein, John Austin, de que as palavras são “atos de linguagem”, Skinner concentra-se na dimensão ilocucionária do enunciado proposta por Austin (1962), ou seja, ao invés de procurar por um diálogo atemporal entre os representantes da tradição filosófica, a atenção do *contextualismo linguístico* volta-se para o que o autor “estava fazendo” ao escrever ou pronunciar determinado discurso em determinado contexto. Não só o que é dito ou escrito está em questão na sua metodologia, as intenções do autor ao dizer ou escrever algo são extremamente relevantes para a interpretação correta. É preciso deixar o autor dizer aquilo que queria ter significado com o que disse. (Silva, 2010; 2017; Skinner, 2005 [1969]; 1996 [1978]).

O autor propõe uma análise intertextual que coloque o texto clássico em contraste com outros textos do próprio autor e a obra de seus contemporâneos, além de cartas, documentos oficiais, pessoais etc. Tais objetos eram vistos pelos historiadores anteriores como efêmeros, e, portanto, descartados. Mas, para Skinner, eles exerceram influência no contexto determinado e devem ser levados em consideração se quisermos esclarecer um tema histórico específico. A clássica obra de 1978, *The Foundations of Modern Political Thought*<sup>2</sup>, mostra a tentativa de pôr em prática o seu método contextualista. Logo no prefácio do livro Skinner expõe sua pretensão de reconstruir o contexto político e linguístico do período que vai de fins da Idade Média até o começo da Era Moderna e define sua metodologia para uma “história das ideias políticas de caráter ‘genuinamente histórico’”, evidenciando as conexões entre prática e teoria da seguinte forma:

A natureza e os limites do vocabulário normativo disponível em qualquer época dada também contribuirão para determinar as vias pelas quais certas questões em particular virão a ser identificadas e discutidas. Tentei, assim, escrever uma história menos concentrada nos clássicos e mais na história das ideologias, tendo por objetivo construir um quadro geral no qual possam ser situados os textos dos teóricos mais proeminentes da política (SKINNER, 1996 [1978], p. 11).

Neste trabalho procurei analisar a interpretação de Skinner sobre a obra de Nicolau Maquiavel (1496 - 1527) dentro do contexto intelectual renascentista. Seguindo os passos do

---

<sup>2</sup> No Brasil a obra foi traduzida por Renato Janine Ribeiro sob o título “Fundações do Pensamento Político Moderno” e publicado pela editora Companhia das Letras em 1996. É essa a versão que utilizarei no presente trabalho.

historiador inglês na tentativa de “devolver Maquiavel ao mundo do qual ele fazia parte para depois apresentar sua originalidade” (SKINNER, 2012 [1981], p. 10), dediquei-me a contrastar o florentino com a tradição que lhe é própria, dividindo o artigo em duas seções: a primeira procura evidenciar de que forma, na interpretação de Skinner, Maquiavel mostra-se um seguidor da tradição; a segunda, demonstra em que medida e em quais aspectos o interprete considera o autor florentino inovador. Ambas as seções se subdividiram na tentativa de exemplificar as continuidades e rupturas de Maquiavel em relação aos conselhos dados para os príncipes e para os cidadãos livres das repúblicas, tendo como objeto a interpretação de Skinner e as duas principais obras políticas do autor interpretado: *O Príncipe* (1996) escrito em 1513 e *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* (1979)<sup>3</sup> escrito por volta de 1518. Após as duas seções procuro, finalmente, considerar a centralidade na obra de Skinner que adquire sua interpretação de Maquiavel, bem como o papel do florentino na reformulação da metodologia e na virada normativa que ocorreram durante as últimas décadas no interior da obra do historiador inglês.

## **O CARÁTER TRADICIONAL DE MAQUIAVEL**

Skinner descreve a inserção de Maquiavel na tradição humanista de seu tempo sob dois principais aspectos. O primeiro deles é a trajetória de vida pessoal do autor florentino que em vários momentos trilhou os mesmos caminhos dos seus contemporâneos. O ideal humanista de educação prezava pelo estudo do latim, das artes retóricas e das obras de filósofos moralistas e historiadores antigos como Cícero, Salústio, Tito Lívio e Políbio. A família de Maquiavel, embora não fosse aristocrata, estava fortemente imersa nos círculos humanistas. Seu pai, Bernardo, foi um advogado que recebia como pagamento exemplares de livros dos antigos e que chegou a alugar as obras de Cícero e Tito Lívio para possibilitar ao filho o contato e a educação na tão estimada tradição clássica. Também foi seu pai quem lhe proporcionou os meios para que Marcello Adriani (1464 - 1521), primeiro chanceler da república florentina, pudesse educa-lo. Desde Salutati (1331 - 1406) era comum que os humanistas exercessem postos públicos, assim, sobre patrocínio de Adriani, Maquiavel aos vinte nove anos assumiu a segunda chancelaria da república após a queda de Savonarola em 1498 e lá permaneceu até ser acusado de conspiração com a volta dos Médici ao poder em 1512. Esses dois fatos da vida do florentino ecoaram durante toda sua produção literária, conforme expõe na dedicatória d'O

---

<sup>3</sup> Faço uso de duas edições brasileiras. A primeira publicada pela Editora Nova Cultura e traduzida por Lívio Xavier; a segunda, publicada pela Editora UNB sob tradução de Sérgio Bath.

Príncipe, o autor aprendeu aquilo que lhe era mais caro: “o conhecimento das ações dos grandes homens” através de uma “longa experiência das coisas modernas” como chanceler<sup>4</sup> e “uma contínua lição das antigas” através do diálogo com os clássicos<sup>5</sup> que lhe foi possibilitado desde muito jovem (Skinner, 2012 [1981]).

O segundo e mais importante aspecto que, na perspectiva skinneriana insere Maquiavel na tradição humanista, decorre das próprias ideias escritas e defendidas por ele no seu espelho de príncipes - gênero literário que surge no período renascentista; mas também na defesa da liberdade republicana expressa nos *Discorsi*; bem como nas lições que extrai da história antiga e contemporânea compartilhadas em sua *História de Florença* escrita em 1519.

No capítulo quarto de *As Fundações do pensamento político moderno* sobre a *Renascença Florentina*, Skinner analisa o contexto linguístico dos humanistas florentinos do século XV, tais como Poggio, Vergerio, Bruni, Mussato, Palmieri e Alberti. Neles, o principal aspecto analisado é o ideal de liberdade republicano – entendido como autogoverno e independência externa - bem como suas ameaças e garantias<sup>6</sup>. No que concerne às ameaças, temas como os perigos do facciosismo, da corrupção gerada pelas riquezas privadas e da confiança em tropas mercenárias, são caros aos humanistas da geração que antecede Maquiavel e continuam a ser explorados com atenção por ele e pelos seus contemporâneos, como é o caso de Guicciardini e Giannotti que escreveram já no século XVI. (SKINNER, 1996 [1978], pp. 93-122). Vejamos essas concordâncias de Maquiavel com a tradição republicana, ponto a ponto.

Tanto os autores do começo dos quatrocentos quanto da renascença tardia dos quinhentos concordaram sobre o ideal de liberdade republicana e compartilhavam também alguns dos pontos que o ameaçavam. O excesso de riqueza privado foi criticado desde Salústio

---

<sup>4</sup> O contato durante as missões diplomáticas com figuras políticas da envergadura de César Bórgia, do Cardeal Della Rovere que depois tornou-se Papa Julio II e do imperador Maximiliano I, proporcionou para Maquiavel grandes lições que depois foram registradas em seus livros. Segundo Skinner, a principal lição foi de que nenhum dos três exemplos soube lidar com a *fortuna*. A inflexibilidade dos atores diante das circunstâncias é um tema bastante explorado n’O Príncipe de Maquiavel e que ilustra sua preferência pelos exemplos antigos em detrimento dos contemporâneos no que diz respeito a *virtù* necessária para atingir as grandes metas de honra, glória e fama (Skinner, 2012 [1981] pp. 11-32).

<sup>5</sup> Sobre esse ponto, tenho em mente a famosa carta de Maquiavel à Francesco Vettori quando nutria o objetivo frustrado de voltar ao ofício público após a ascensão dos Médici. Maquiavel dedica-se de fato ao estudo e a construção de suas obras clássicas após se ver incapaz de recuperar sua posição no governo florentino, passando de ator político para contemplar, enquanto analista, os assuntos da política (Ibidem, p. 33).

<sup>6</sup> Skinner expõe sua perspectiva em contraposição a Tese de Hans Baron que, na esteira de Buckhardt, via nos humanistas de início dos quatrocentos uma ruptura completa com o pensamento medieval e uma inovação *sui generis*. Segundo Skinner, tais ideias eram um legado das cidades-repúblicas da Itália Medieval, pois havia uma conexão entre os escritores florentinos e o movimento mais amplo do humanismo petrarquiano dos trezentos. Além de que, apesar de suas nítidas inovações, os humanistas “cívicos” dão continuidade em certos aspectos às duas correntes presentes nas academias, a Escolástica e a *Ars Dictaminis*. O historiador mostra de forma mais cuidadosa que os interpretes anteriores, as continuidades e descontinuidades das tradições de acordo com os vocabulários e as ideologias disponíveis naquele contexto. (Skinner, 1996 [1978]).

e reverberou em todo o humanismo renascentista. Para Maquiavel, o governo bem organizado deve manter o “Estado rico, e os cidadãos, pobres” (MAQUIAVEL, 2008, p. 121). O mesmo acontece com a confiança nas tropas mercenárias que<sup>7</sup> é vista com maus olhos por todos os autores da época. Maquiavel, inclusive, pôs em prática sem êxito, enquanto secretário florentino, o ideal defendido em toda sua obra de armar os próprios cidadãos. Ele e seus contemporâneos permanecem de acordo com a tradição também no que diz respeito às leis e instituições eficientes numa república e o necessário orgulho cívico e patriótico dos seus cidadãos. Os indivíduos devem identificar o seu próprio bem comum com o da república, para tanto, devem envolverem-se nos negócios públicos e buscarem a honra. Também as instituições religiosas e políticas continuam tendo sua grande importância, a constituição deve misturar as três formas puras de governo: a monarquia, a aristocracia e a democracia.

Para os humanistas dos quatrocentos, o homem é capaz de controlar seu próprio destino vencendo os obstáculos impostos pela *Fortuna*. O ideal do “*Vir Virtutis*” resurge em contraposição a ideia agostiniana de que há providências e dádivas divinas, e não *virtus e fortuna*, como acreditavam os antigos. A ação, portanto, passa a desempenhar um papel mais importante no fluxo da história, pois aqueles que mantêm a virtù podem conservar a glória e combater a fortuna. Em mais um ataque aos ditames de Santo Agostinho – que afirmava que a busca pela glória é um vício - os renascentistas afirmam que honra, glória e a fama são as recompensas que o homem virtuoso merece. (Skinner, 1996 [1978], pp. 115-122). Em que pese o seu pessimismo - postulado anteriormente por Poggio - essa também é a posição de Maquiavel. É visível em toda sua obra a capacidade da *virtù* humana frente os golpes da *fortuna*, bem como a ideia de que a deusa recompensa os homens virtuosos<sup>8</sup>. O florentino concorda com a tradição sobre o fim do homem ser a busca pela honra, glória e fama. O que para Skinner difere sua interpretação daquela proposta pelos outros humanistas, são os meios para alcançar este fim e os limites da ação impostos pela inevitável corrupção dos tempos, conforme veremos na seção seguinte do trabalho.

Outro ponto de conformidade entre as ideias expressas nos textos de Maquiavel e a tradição humanista pode ser iluminado através da reação destes contra a ortodoxia escolástica.

---

<sup>7</sup> Embora incuta certo ceticismo em Guicciardini que concordou com sua superioridade apenas para fins acadêmicos, pois, em decorrência da dificuldade de recuperação dos valores guerreiros dos antigos nos efeminados cristãos de sua época, duvidou da efetividade de armar o cidadão no contexto renascentista.

<sup>8</sup> No capítulo XXV d’O Príncipe, após expor seu pessimismo e afirmar que quase inclinou-se a visão de é impossível voltar-se contra a *fortuna* ou a providência divina, Maquiavel julga possível que “a sorte seja o árbitro da metade das nossas ações, mas que ainda nos deixe governar a outra metade, ou quase”. E aconselha o príncipe dizendo que é “melhor ser impetuoso do que dotado de cautela, porque a fortuna é mulher e conseqüentemente se torna necessário, querendo dominá-la, bater-lhe e contrariá-la; e ela mais se deixa vencer por estes do que por aqueles que procedem friamente” (MAQUIAVEL, 1996, pp. 133-134)

Segundo Skinner, havia a tentativa de imperialismo cultural por parte dos humanistas que alegavam possuir uma superioridade metodológica. A filosofia, na visão dos humanistas, deve ter objetivos práticos para a vida social e política, para tanto, deve aliar-se a eloquência e a retórica, como postulou Cícero. A vida contemplativa (*otium*), reivindicada pelos escolásticos que seguiram Aristóteles, anulou a ação política dos homens de conhecimento, levando os humanistas a exaltar a vida ativa e útil (*negotium*). Surge, portanto, o desejo de que todos os cidadãos leiam os textos escritos pelos homens de conhecimento, textos esses que anteriormente eram guardados apenas para os pares, fossem eles magistrados ou escolásticos. Junto a isso, os humanistas recuperam a concepção de história cíclica presente em Aristóteles, Cícero e Políbio para contraporem-se à visão linear de história proposta por Santo Agostinho e seguida pelos escolásticos (Ibidem pp. 123-133). Maquiavel esteve de acordo com a tradição humanista nesses pontos, sua vida profissional exibe sua preferência pelo *negotium*, e, a anacitose políbia é expressa quase *ipsis litteris* por Maquiavel no capítulo segundo do livro I dos *Discorsi*. Porém, em *A era dos príncipes*, capítulo quinto d’*As Fundações*, Skinner mostra o surgimento de um novo gênero literário, os espelhos de príncipes. Quando, autores que declaradamente preferiam governos republicanos - como era o caso de Maquiavel e Patrizi - desacreditados da possibilidade de recuperação através do governo republicano de um Estado tão corrompido, renderam-se ao gênero e passaram a produzir conselhos para príncipes.

Com a invasão dos espanhóis e franceses a partir de 1494, os italianos viam por meio século sua pátria sob o domínio dos governos despóticos e dos principados. Nem Roma e Florença, historicamente defensoras do governo livre, conseguiram conter as práticas consideradas tirânicas dos governos de um só<sup>9</sup>. Como argumenta Skinner, devido aos *signores*, os interesses pelos valores republicanos foram cada vez mais desacreditados e reduzidos. A vida ativa dos intelectuais já não era reivindicada com o mesmo ardor. Outra mudança exposta por Skinner, foi que “aqueles que continuaram a dedicar mais atenção ao estudo da política passaram a dirigir seus tratados a um público bastante diferente”. Se antes o alvo do discurso eram os cidadãos como um todo, na renascença tardia a atenção voltava-se para as figuras de maior influência e importância, quase sempre, os príncipes (Skinner, 1996 [1978], pp. 134-138).

Mesmo com a mudança, o gênero literário dedicado aos príncipes carrega as influências das gerações anteriores. O *Vir Virtutis* continua sendo o herói e os fins do homem permanecem sendo honra, glória e fama. Também as forças contrárias ao homem de virtù permanecem as

---

<sup>9</sup> Apenas a república de Veneza se manteve livre, veremos na seção seguinte que ela se tornará exemplo para os humanistas da renascença tardia e como Maquiavel se coloca nesse contexto.

mesmas: os danos inesperados e irreparáveis da fortuna. Skinner indica que Maquiavel se mantém de acordo com a tradição nesses pontos, pois ele exalta a figura virtuosa de Fernando de Aragão e mostra desprezo pelo poderoso, mas não glorioso, Agátocles da Sicília. Quanto a fortuna, Maquiavel comenta sobre o caráter instável da deusa que pode nos favorecer, mas, em quem não devemos confiar, pois o príncipe deve sempre contar mais com sua virtù do que com os favores da fortuna. Somente a virtù é capaz de conter os caprichos da deusa. Maquiavel encerra o Príncipe citando o trecho de um poema de Petrarca – figura basilar da tradição humanista - para exortar os homens de virtù a salvarem sua pátria. Com isso, Skinner evidencia em que medida *O Príncipe* de Maquiavel incorpora as preocupações e diretriz típicas do gênero literário dos espelhos de príncipes<sup>10</sup>. (Ibidem, pp. 139-144).

## O CARÁTER INOVADOR DE MAQUIAVEL

Se, como vimos, Maquiavel permaneceu fiel à tradição em vários aspectos, em outros ele a criticou e dela se distanciou. Passo agora a analisar como, na perspectiva de Skinner, o florentino distingue-se da tradição e inova dentro do contexto político da renascença tardia. No período em que vigoram os espelhos de príncipes na Itália, a liberdade já não é mais o ideal a ser conservado pelo governo. Aqui, a preocupação frente as investidas bárbaras é a garantia da paz. Os humanistas que defendem o principado criam um novo rol de virtudes que devem ser somados as já estabelecidas e mantidas virtudes cristãs e cardeais. São elas as virtudes principescas específicas dos governantes: a liberalidade (o príncipe deve distribuir entretenimento e recursos para os seus súditos); a clemência (o príncipe deve ser amado, quase adorado por seus súditos); e a boa fé (o príncipe deve cumprir com a palavra dada). (Skinner, 1996 [1978] 144-149).

Skinner analisa o papel que a virtù desempenha no *Príncipe* de Maquiavel e constata que há na obra críticas aos argumentos vigentes e proposições sobre novos modos de ação política. Tradicionalmente, o conjunto de virtudes cardeais clássicas, cristãs e principescas eram vistas como o meio pelo qual o governante adquire a capacidade exigida para atingir os nobres fins da honra, glória e fama. Maquiavel, na leitura skinneriana, teria concordado com a tradição a respeito dos fins, mas não acreditava que os meios para o atingir seriam alcançados se o

---

<sup>10</sup> Aqui, o interprete faz críticas às interpretações de autores como Plamenatz e Berlin que consideram a obra de Maquiavel *sui generis*. Segundo Skinner, formato, pressupostos e vários dos argumentos centrais encontram-se em conformidade com a tradição do gênero disposta nos quatrocentos (Ibidem, 149-150). Nas palavras do historiador: “Somente quando tivermos captado o exato contexto intelectual dentro do qual ele escrevia poderemos nutrir a esperança de reconhecer em que pontos, e em que medida, Maquiavel de fato se empenhou em contestar e repudiar seu próprio legado humanista”.

príncipe agisse de maneira que convencionalmente se considerava virtuosa (Ibidem, p. 151-152).

A liberdade e a clemência não são invariavelmente úteis, advoga Maquiavel. O príncipe deve gastar pouco daquilo que é seu para que não seja obrigado a “roubar” dos seus súditos através da cobrança de tributos, limitando-se a gastar aquilo que adquire por meio da espoliação de outrem (Maquiavel, 1996, cap. XVI). No capítulo seguinte, Maquiavel se pergunta sobre qual a melhor forma de governar, sendo amado ou temido? A resposta tradicional sempre fora ser amado, pois o temor era visto como crueldade. O florentino insurge-se dizendo que o príncipe deve “fazer-se temer de maneira que, se não se fizer amado, pelo menos evite o ódio, pois é fácil ser ao mesmo tempo temido e não odiado” (MAQUIAVEL, 1996, p. 98). No capítulo XVIII, o alvo é a boa fé, as virtudes são úteis na medida que não trazem prejuízos e servem para manter as aparências, no entanto, nem sempre os costumes e as boas leis bastam, por vezes é útil de acordo com a necessidade<sup>11</sup> agir como um animal:

Precisa, pois, ser raposa para conhecer os laços e leão para aterrorizar os lobos. Os que se fizeram unicamente de leões não serão bem-sucedidos. Por isso, um príncipe prudente não pode nem deve guardar a palavra dada quando isso lhe torne prejudicial e quando as causas que o determinaram cessem de existir. Se os homens todos fossem bons, este preceito seria mau. Mas, dado que são pérfidos e que não a observariam a teu respeito, também não és obrigado a cumpri-la para com eles. Jamais faltaram aos príncipes razões para dissimular quebra da fé jurada (MAQUIAVEL, 1996, p. 101-102).

Já no capítulo XV Maquiavel havia criticado aqueles que se dedicam a pensar em como as coisas deveriam ser e não como elas são. Esses, não veem o abismo que separa ambas, estando destinados à ruína e não à conservação. Portanto, o autor d’*O Príncipe* sugere que quando necessário, deve-se substituir a liberalidade, a piedade e a boa fé, respectivamente pela avareza, pela crueldade e pela fraude. Quanto a isso, Skinner comenta:

A razão principal para o tom chocante que Maquiavel tende a empregar está em sua visão profundamente pessimista da natureza humana. Ele afirma que “pode-se fazer a seguinte generalização acerca dos homens: são ingratos, caprichosos, mentirosos e embusteiros, fogem do perigo e são, ainda, ávidos de vantagens”. Assim, não surpreende que Maquiavel sinta um dever todo especial de prevenir o príncipe para o fato de que, sendo os homens de modo geral “criaturas assim perversas”, ele deverá estar preparado para infringir todas as convenções da fé, caso deseje conservar-se seguro. (Maquiavel apud SKINNER, 1996 [1978], p. 158).

Contudo, o historiador inglês ataca aqueles que “vulgarizam o pensamento de Maquiavel” ao lhe colar a “etiqueta de pregador do mal”<sup>12</sup>, pois, ele “está longe de querer trocar

---

<sup>11</sup> Sobre a centralidade da “necessidade” na obra de Maquiavel ver os argumentos de Erica Benner (2017, p. 164). Para uma visão crítica do mesmo ponto, ver as posições de Harvey Mansfield (2017, p. 39).

<sup>12</sup> Segundo Skinner, essa é a posição de vários interpretes ao longo da história, dentre eles, um dos mais destacados é Leo Strauss que “afirma preemptoriamente, em seus *Thoughts on Machiavelli*, que as doutrinas do *Príncipe* são



o mal por bem”. Como exemplo, o interprete utiliza-se das passagens já mencionadas acima em que Maquiavel condena as atitudes desonradas de Agátocles. A verdadeira revolução de Maquiavel consiste em identificar a virtù com certa flexibilidade que garanta ao príncipe “variar sua conduta do bem ao mal, e do mal ao bem” de acordo com as necessidades impostas pelas circunstâncias e os caprichos da *fortuna*. (Ibidem, p. 158-159). Até aqui, vimos as originalidades que Skinner confere à Maquiavel no interior da obra *O Príncipe*, passamos agora a analisar as inovações do pensador florentino em seu *Discorsi* no contexto de *Sobrevivência dos valores republicanos*<sup>13</sup>.

Na perspectiva skinneriana, Maquiavel adota uma posição heterodoxa em dois pontos do seu *Discorsi*. O primeiro deles diz respeito a sua “teoria dos humores”. A tese corrente na tradição republicana e no renascimento italiano era de que os tumultos e confusões sujeitavam a liberdade das repúblicas. No caso de Roma, onde a história comprova a presença de grandes conflitos entre os aristocratas e o povo, a justificativa era de que a *fortuna* e a virtude militar conseguiam, a despeito dos tumultos, salvaguardar a liberdade. Maquiavel opõe-se a tal tese afirmando que, inevitavelmente, há sempre dois humores distintos nas cidades. Um é composto pela plebe, que deseja apenas não ser oprimida e conservar sua liberdade; o outro, pelas classes altas, que desejam incessantemente adquirir cada vez mais. O conflito, quando bem canalizado institucionalmente - como foi o caso da Roma antiga - proporciona um equilíbrio tenso que anula as tentativas de um dos “humores” ignorar ou oprimir o outro (Skinner, 1996 [1978], p. 201).

A teoria é apresentada nos capítulos quarto e quinto do primeiro livro dos *Discorsi*. Primeiramente, Maquiavel argumenta que “a causa da grandeza e da liberdade da república” advém da “desunião entre o povo e o Senado”. Opondo-se àqueles que enxergavam nas dissensões a ruína, o florentino afirma que “os bons exemplos nascem da boa educação, a boa educação das boas leis, e estas das desordens que quase todos condenam irrefletidamente”. A chave está em canalizar os conflitos de forma institucional para que eles resultassem em “leis e regulamentos favoráveis à liberdade de todos”. Para o autor, a grandeza de Roma surge quando a plebe exigiu a instituição dos tribunos, caso contrário, eles se recusariam a cumprir com suas obrigações políticas, incluindo à mobilização para a guerra. No capítulo seguinte, Maquiavel defende a ideia de que a “guarda da liberdade” deve ser confiada a plebe, pois ela é menos

---

simplesmente “imorais e irreligiosas”, e seu autor só pode ser definido como “um mestre do mal” (Strauss apud SKINNER, 1996 [1978], p. 157).

<sup>13</sup> Título que o historiador inglês confere ao sexto capítulo d’*As fundações do pensamento político moderno* (1996 [1978]).

ambiciosa e dispõe de menos meios para apropriar-se do poder, garantindo assim, apenas que os grandes não o façam. O argumento em prol da plebe enquanto guardiã da liberdade é defendido por Maquiavel se o objetivo for, como era de sua preferência, criar uma república expansionista, esse foi o caso de Roma. Do contrário, poder-se-ia depositar a guarda da liberdade nas mãos dos aristocratas, - como no caso de Esparta e da sua contemporânea, a sereníssima Veneza. No entanto, no capítulo sexto, Maquiavel contradiz retoricamente a possibilidade de que uma república não expansionista consiga assegurar sua liberdade por um período razoável de tempo. (Maquiavel, 1979, p. 30-40).

Outro aspecto em que, na interpretação de Skinner, Maquiavel rompe com a tradição, diz respeito a tese vigente de que há uma conexão “entre a busca da virtù e as exigências da fé cristã” e das virtudes cardeais. Para o florentino, o governante que desejar conservar seu estado se verá forçado a utilizar-se de meios indesejáveis. É necessário por vezes trilhar o caminho dos malfeitores para conservar o bem comum e a liberdade. Quando é preciso decidir um assunto de extrema importância para a pátria, não se deve pensar em termos de “justiça ou injustiça, bondade ou crueldade, ou a sua dignidade ou infâmia”, mas sim agir de acordo com o melhor para a comunidade (SKINNER, 1996 [1978], p. 203-204). Skinner sugere que Maquiavel advoga em favor de uma flexibilização da moral. É preciso agir imoralmente quando necessário, fazendo uso de métodos cruéis e injustos que seriam reprovados por qualquer sociedade, mas sempre com o cuidado de manter a aparência e não parecer cruel. Segundo o historiador inglês, “Maquiavel não está minimamente interessado na questão da verdade religiosa. Está interessado única e exclusivamente no papel desempenhado pelo sentimento religioso”, na sua perspectiva, o cristianismo enfraqueceu os homens, glorificou a humildade como um bem supremo e com isso destituiu o valor atribuído à grandeza do espírito, a força dos homens e “qualquer outro atributo da cidadania virtuosa”<sup>14</sup> (SKINNER, 2012 [1981], p. 87-88). Aqui, mais uma vez, aparece o caráter pessimista do florentino. Não é possível conter as animosidades do homem apenas com a promoção das virtudes cardeais e cristãs, é preciso apelar para o uso da força. É da natureza humana a perversão e a inveja, portanto, sempre que lhes convier, os homens farão o mal. Skinner chega a sugerir que o ceticismo de Maquiavel é tão sistemático que soa quase como o argumento hobbesiano postulado mais de um século depois.

O interprete critica aqueles que notam ausência de moralidade na obra de Maquiavel e que nela estaria inaugurado o divórcio entre a moralidade e a política na história do pensamento.

---

<sup>14</sup> Skinner sugere que as preferências de Maquiavel eram pela religião antiga (2012 [1981] p. 88). Sobre as afinidades entre *Maquiavel e o trágico*, ver (COSTA, 2010).

Na visão de Skinner, o que há são “duas moralidades distintas - duas exposições antagônicas e incompatíveis do que em última análise se deve fazer” (SKINNER, 1996 [1978]. p. 155). Pela sua preocupação em mostrar as coisas como elas são e não como elas deveriam ser, Maquiavel apresenta uma perspectiva mundana da vida política, o que fez com que ao longo dos séculos muitos comentadores tenham se chocado com seus ensinamento e lhe atribuído a fama de diabólico e mestre do mal. Frente a isso, Skinner conclui seu opúsculo biográfico do florentino da seguinte forma:

[...] a tarefa do historiador certamente é servir de anjo que registra, e não de juiz que condena. Assim, o que procurei fazer nestas páginas foi apenas recuperar o passado e colocá-lo diante do presente, sem tentar utilizar os critérios locais e contestáveis do presente como forma de louvar ou censurar o passado (SKINNER, 2012 [1981], p. 119).

Na apresentação que resumidamente procurei fazer das interpretações de Skinner sobre Maquiavel e o contexto florentino, o historiador procura limitar-se a registrar os fatos históricos sem posicionar-se normativamente sobre eles, como mostra-se evidente na citação acima. Os três textos de Skinner que utilizei foram: *Significado e Compreensão na História das Ideias*, de 1969; *As Fundações do Pensamento Político Moderno*, de 1978; e a biografia intelectual *Maquiavel* de 1981. Neles, o postulado e a tentativa de desenvolver o *contextualismo linguístico* no sentido de criar uma teoria política “historicamente informada” são evidentes, embora, como bem apontou Ricardo Silva (2017), a história intelectual narrada em *As Fundações* concentre-se pouco na “intenção dos autores” limitando-se a apontar as continuidades e rupturas que ocorreram no âmbito discursivo do contexto de três décadas que fora analisado<sup>15</sup>. Contudo, nas últimas décadas houve uma “virada normativa” no pensamento do autor. Dediquei as considerações finais do presente trabalho para expor essas mudanças na obra de Quentin Skinner e a centralidade que adquire a interpretação de Maquiavel no quadro dessas mudanças.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas décadas de sessenta e setenta o contextualismo linguístico de Quentin Skinner firmou-se como um dos métodos que protagonizaram o surgimento de uma teoria política preocupada, sobretudo, com o contexto histórico. No passar de meio século da publicação do seu polêmico artigo *Meaning and understanding in the history of ideas*, muitas críticas<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> Sobre esse ponto ver (Silva, 2017, p. 153-158).

<sup>16</sup> Talvez a principal linha crítica tenha sido aquela que acusa Skinner de “antiquarista” por privilegiar o contexto em detrimento do texto e negar a possibilidade de que a partir da história possamos extrair utilidades para o entendimento e a solução de problemas do presente. Para uma revisão acurada da literatura crítica direcionada ao

dirigidas aos seus postulados levaram o historiador da Escola de Cambridge a reformular, pelo menos em partes, suas prescrições metodológicas. Conforme argumenta Ricardo Silva (2017), já em *As fundações do pensamento político moderno*, Skinner teria ultrapassado o método anteriormente proposto, no entanto, é a partir da década de 1980 que há de fato uma guinada mais explícita nas suas posições metodológicas. Em 2002, no primeiro volume da trilogia *Visões da Política* dedicado às considerações metodológicas, Skinner indica uma modificação do argumento contextualista em favor de “metáforas arqueológicas” tais como a capacidade do historiador de encontrar em suas pesquisas “tesouros enterrados” que possibilitem a crítica e a negação das crenças políticas contemporâneas, bem como a recuperação de ideias e concepções esquecidas. O principal exemplo dessa mudança no método de Skinner - que deixa de opor-se ao emprego das ideias passadas no esclarecimento e nas alternativas de reformulação dos problemas do presente – está expresso na “reconstrução realizada pelo próprio Skinner da teoria neorromana da liberdade, presente sobretudo em *A liberdade antes do liberalismo* (1999)” (SILVA, 2017, p. 160). Tal reconstrução deve-se, em grande parte, ao estudo que o historiador inglês fez do pensamento político de Nicolau Maquiavel, sobretudo, dos elementos que procurei apresentar acima, tais como a concepção de liberdade; o conflito entre os dois humores; e a ideia de que o povo deve ser o guardião da liberdade. Ainda segundo Ricardo Silva, nessa reconstrução Skinner teria elevado o patamar da sua pesquisa sobre a tradição republicana já esboçada em *As Fundações*. Durante as décadas de 1980 e 1990 o autor realizou uma série de estudos sobre Maquiavel e a liberdade republicana sugerindo, desde então, uma “alternativa à dicotomia entre liberais e comunitaristas” dominante na teoria política normativa do final do século XX. Skinner considera essa dicotomia - que nos termos de Isaiah Berlin se traduz pela oposição entre liberdade positiva e negativa - falsa, ou pelo menos simplista. O “ideal republicano de liberdade” é atribuído pelo historiador de Cambridge principalmente à figura de Maquiavel, mas também aos republicanos ingleses<sup>17</sup> que, no século XVII, fracassaram no embate contra os argumentos hobbesianos. Skinner advoga uma terceira via na concepção do ideal de liberdade, nas palavras de Silva:

Skinner esclarece que embora a liberdade republicana defina-se em termos negativos – a ausência de impedimentos às escolhas individuais –, ela difere da concepção liberal em dois importantes aspectos: não compreende a lei como uma necessária restrição à liberdade e considera a participação política dos cidadãos como instrumento indispensável, à luz das lições da história, para a defesa das liberdades individuais (SILVA, 2017, p. 161).

---

método e a obra de Skinner, ver Ricardo Silva (2017). Para artigos de alguns dos mais proeminentes críticos e os argumentos de defesa do autor, ve James Tully (1989).

<sup>17</sup> Como é o caso de Milton e Harrington (Silva, 2017, p. 161).

A liberdade republicana ao mesmo tempo que se caracteriza de forma negativa pela “ausência de impedimentos às escolhas individuais”, possui uma dimensão positiva no que se refere à “participação política dos cidadãos”. Skinner, através de um intenso diálogo com o filósofo político Phillip Pettit, define que “ser livre” para o ideal republicano significa “não ser dominado”. Junto com Pettit, Skinner teria encontrado uma “terceira concepção de liberdade” definida como “como ausência de poder arbitrário” (Skinner apud Silva, 2017). Desde então, suas convicções sobre a impossibilidade de pensar os problemas do presente com o apoio das ideias do passado é gradativamente substituída pelo esforço de unir História e Filosofia Política. Ainda mais recentemente, o autor reivindica que o trabalho do historiador das ideias é – para além de contextualizar e escavar o pensamento do passado – formular uma espécie de genealogia (Silva, 2017).

De forma muito resumida, procurei demonstrar neste trabalho como a interpretação de Skinner sobre Maquiavel e o contexto renascentista de “sobrevivência dos valores republicanos” serviram para proporcionar uma reavaliação e um refinamento das proposições metodológicas do historiador, bem como a centralidade de tal interpretação para o caráter normativo que gradualmente foi adquirindo consistência no interior de sua obra. Se hoje História e Filosofia unem-se novamente no âmbito da Teoria Política, Skinner e seus escritos são protagonistas tanto da ruptura forjada no final da década de 1960 quanto da convergência proposta mais recentemente.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ADCOCK, Robert e BEVIR, Mark, *The Remaking of Political Theory*. In: ADCOCK, BEVIR and STIMSON, *Modern political science: Anglo-American exchanges since 1880*. Princeton University Press, 2007.

BENNER, Erica. *The Necessity to Be Not-Good: Machiavelli's Two Realisms*. In: *Machiavelli on liberty and conflict / edited by David C. Johnston, Nadia Urbinati, and Camila Vergara*. Chicago: The University of Chicago Press, 2017.

COSTA, Jean. *Maquiavel e o trágico*. São Paulo: USP, 2010.

GUNNEL, John. *Teoria Política*. Brasília: Editora UNB, 1981. (1979).

MANSFIELD, Harvey. *Machiavelli on Necessity*. In: *Machiavelli on liberty and conflict / edited by David C. Johnston, Nadia Urbinati, and Camila Vergara*. Chicago: The University of Chicago Press, 2017.

MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Brasília: Editora UNB, 1979 [1518].

\_\_\_\_\_. *O Príncipe*. São Paulo: Nova Cultura, 1996 [1513].

SILVA, Ricardo. *O Contextualismo Linguístico na História do Pensamento Político: Quentin Skinner e o Debate Metodológico Contemporâneo*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 53, no 2, 2010, pp. 299 a 335.

\_\_\_\_\_. *Da História do Pensamento Político à Teoria Política Histórica: Variações Da Hermenêutica Do Conflito De Quentin Skinner*. Lua Nova, 2017, nº 102, pp. 137-171.

SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 [1978].

\_\_\_\_\_. *A Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: Unesp, 1999.

\_\_\_\_\_. *Maquiavel*. Porto Alegre: L&PM, 2012 [1981].

\_\_\_\_\_. *Meaning and Understanding in the History of Ideas*. History and Theory, vol. 8, no 3, 1969, pp. 3-53.

\_\_\_\_\_. *Significado e Compreensão na História das Ideias* In: SKINNER, Q. *Visões da Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2006 [2002].

STRAUSS, Leo. *Thoughts on Machiavelli*. Chicago: Chicago University Press: 1958.

TULLY, James. *Meaning and Context: Quentin Skinner and his Critics*. Princeton: Princeton University Press: 1989.